

A REPÚBLICA, OS MUSEUS E O PATRIMÓNIO



CÂMARA
MUNICIPAL
DE
COIMBRA



**A REPÚBLICA,
OS MUSEUS E
O PATRIMÓNIO**

ORGANIZAÇÃO



CÂMARA
MUNICIPAL
DE
COIMBRA

MUSEU
MUNICIPAL
DE
COIMBRA

RPM 
Rede Portuguesa
de Museus

A REPÚBLICA, OS MUSEUS E O PATRIMÓNIO



CÂMARA
MUNICIPAL
DE
COIMBRA



ÍNDICE

- 10** JOÃO PAULO BARBOSA DE MELO
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA
- 14** MARIA JOSÉ AZEVEDO SANTOS
VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA
- 16** BERTA DUARTE
DIRECTORA DO MUSEU MUNICIPAL DE COIMBRA
- 18** **MUSEUS DE EDUCAÇÃO, MUSEUS DE CURIOSIDADE
E MUSEUS DE ESPECIALIDADE NO TEMPO DA 1.ª REPÚBLICA:
POLÍTICA INSTITUCIONAL E EXPERIÊNCIAS MUSEOGRÁFICAS**
JORGE CUSTÓDIO
- 52** **MUSEU DE MACHADO DE CASTRO
UM PROJECTO EDUCATIVO DE INSPIRAÇÃO REPUBLICANA**
ANA ALCOFORADO / LUÍS ALCOFORADO
- 70** **MUSEU DE FRANCISCO TAVARES PROENÇA JÚNIOR
UM PALCO DE PAIXÕES ENTRE A MONARQUIA E A REPÚBLICA**
AIDA RECHENA
- 92** **O MUSEU NACIONAL DE SOARES DOS REIS
UMA HISTÓRIA COM MUITOS ANOS E MUITOS ACTORES**
MARIA JOÃO VASCONCELOS
- 100** **HISTÓRIA E PATRIMÓNIO COMO VIRTUDES REPUBLICANAS**
PAULO ARCHER DE CARVALHO
- 114** **CLASSIFICAÇÃO E SALVAGUARDA DO MOSTEIRO
DE SANTA CLARA-A-VELHA NA PRIMEIRA REPÚBLICA**
FRANCISCO PATO DE MACEDO
- 134** **IGREJA E REPÚBLICA: O PROCESSO DE
CLASSIFICAÇÃO DA SÉ VELHA DE COIMBRA**
MARIA DE LURDES CRAVEIRO

**“IGREJA E REPÚBLICA:
O PROCESSO
DE CLASSIFICAÇÃO DA
SÉ VELHA DE COIMBRA”**

MARIA DE LURDES CRAVEIRO

..... ○

A 10 de Janeiro de 1907, por ordem do Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, e estando satisfeitas as condições definidas no art. 2, § 1º, da Lei de bases para a classificação de monumentos nacionais (por decreto a 30 de Dezembro de 1901), classificam-se como monumentos nacionais os seguintes conjuntos: mosteiro da Batalha (1839), mosteiro dos Jerónimos, convento de Cristo, mosteiro de Alcobaça, convento de Mafra, igreja de Santa Cruz de Coimbra, basílica do Coração de Jesus em Lisboa, torre de S. Vicente em Belém, ruínas do Templo romano em Évora, ruínas da igreja do Carmo em Lisboa, Sé da Guarda, Sé de Lisboa, Sé de Évora e Sé Velha de Coimbra¹. Não sendo estas as primeiras classificações em Portugal, esta lista dos 14 conjuntos edificados onde se buscava a identidade nacional expunha então a vitalidade de um processo e identificava as prioridades culturais e políticas em torno da protecção patrimonial.



Fachadas poente e norte da Sé Velha.
Foto de Pedro Medeiros, 2010.

Antecipando o nascimento da República em Portugal, a classificação da Sé Velha expunha a constatação de uma força qualitativa e espiritual a que se somava a energia de uma sensibilidade construtiva (a do século XII, presume-se) de urgente recuperação; mostrava também a evidência dos potenciais que uma acção sobre o edifício podia desenvolver, em prol de uma cultura patrimonial sedimentada noutros e não menos substanciais apoios. Em boa verdade, este processo, implementado numa vertigem que englobaria todos os imóveis considerados de grande relevância histórica e nacional, deve ser encarado não tanto como uma consequência da República ou dos ideais republicanos, mas antes como inscrito em contexto bem mais vasto e complexo. Se é possível recuar no tempo à procura das heranças que determinam o fluxo das correntes de pensamento é, fundamentalmente, ao século XVIII, a Kant e ao conceito de Aufklärung, que é necessário recorrer.

Foi a cultura do Iluminismo que avançou com o sentido de responsabilidade e autonomia do Homem, tanto como as posições de Comte, Proudhon, Spencer ou Marx comprometeram os níveis da sacralização social e impuseram a cientificação da sociedade. Ao mesmo tempo, a crescente soberania do Estado levou à sua progressiva intromissão sobre a matéria do divino, promovendo e legitimando um sentido teleológico no usufruto patrimonial². Daí que o Estado se arvore (na senda, aliás, do que o pombalismo já tinha ensaiado) em Estado protector e Estado com responsabilidades no âmbito educativo. Estavam, outra vez e sempre, criadas as condições de releitura dos equilíbrios entre o Estado e a Igreja, cabendo ao Estado um domínio crescente sobre os bens até então tutelados pela Igreja. A sua venda em hasta pública, em 1834, e o consequente processo de dispersão desgovernada de um espólio patrimonial riquíssimo mostrou tanto a fraqueza das instituições religiosas como a incapacidade de controlar estes mecanismos feitos também de avidez, incompetência e impreparação no seu acompanhamento legal e normativo. A velha ideia de progresso, orientada pela razão e pelo sentido optimista que a industrialização construía a custo em Portugal tinha, na realidade, aqui o seu primeiro e mais estrondoso fracasso. Assim se prova, também, o desnivelamento de uma consciência patrimonial que resvala, quase em exclusivo, para a protecção do edificado em detrimento dos bens móveis.

O processo de secularização que dominou grande parte da inteligência activa e criativa portuguesas e levaria à consagração, pela Lei republicana de 1911, da separação entre as Igrejas e o Estado, talvez tenha sido, por outro lado, o mote para a formação, aparentemente paradoxal, do que Marcel Gauchet apelidou de *“reinvenção do religioso”*³. Com efeito, a gestão das tensões políticas, culturais e religiosas a que se entregou a intelectualidade portuguesa ao longo de todo o século de Oitocentos não deixou também de traduzir-se no *“renascimento religioso verificado na Igreja Católica a partir do século XIX (que) ficou a dever-se, em grande parte, ao dinamismo da revitalização espiritual que acompanhou a restauração de instituições regulares vindas do passado e, sobretudo, à prodigiosa fundação de novas congregações votadas à acção na Igreja e na sociedade civil. Foram elas, com a sua*

intervenção no dia-a-dia das populações, presentes nas escolas, nos hospitais e nas instituições de assistência que se afirmaram como a face mais visivelmente activa na obra de regeneração religiosa dos indivíduos e da sociedade"⁴. Ao mesmo tempo, e disseminada num tecido social que abrangia aristocratas ou burgueses de diferentes estratos e profissões e com diferentes posições políticas, crescia uma pressão maçónica sucessivamente reorganizada ao longo do século mas unida em torno da luta contra as ordens religiosas incidindo, particularmente, sobre os jesuítas. Na agudização das tensões a que chegou o Portugal de fim de século, e esgrimindo contra as encíclicas de Leão XIII na implementação da Doutrina Social da Igreja Católica que, por seu turno, encontrava novas formas de expressão associativa, *"a religião, o poder, o frade e o jesuíta simbolizavam a opressão cultural, política e social"*⁵. Também por via da maçonaria (na construção de um ideal de perfectibilidade a que aderiu António Augusto Gonçalves), reforçaram-se valores científicos e pedagógicos herdeiros, a um tempo, do século XVIII e das correntes do positivismo cientista. O património, ferramenta imprescindível na formação e educação dos povos, adquiria então um relevantíssimo papel a que já nem os poderes, a sociedade civil ou religiosa podiam ficar alheios.

As preocupações com uma salvaguarda alargada (em que não se descarta o património móvel remetido até à época sebástica) que já se tinham manifestado na primeira metade do século XVIII⁶ e encontravam eco nas práticas de coleccionismo, maioritariamente conhecidas desde o século XVII e fruto de uma cultura renascentista com pressupostos não esgotados, foi conduzindo as atenções para o mundo natural e para as potencialidades científicas que daqui decorriam. A ilusão de *"reconstituir o Universo numa só sala"*⁷ providenciava, assim, uma espécie de fascinado domínio sobre a Natureza e, sobretudo, transformava estes "gabinetes de curiosidades" em patamares elevados de conhecimento. O extravagante e o bizarro que se aprisionavam no circuito encenado da sala não deixariam de ter intensa repercussão no mundo gravado que incentiva, na cultura iluminada pela Razão e no confronto entre a razão e a des-razão, o híbrido e o grotesco. A efectiva salvaguarda do património móvel seria uma conquista que apenas o século XX viria trazer, com particular incidência nas abordagens refrescadas da década de 60⁸.

Mas se o século XIX prolongou a euforia pelo natural (cuja exploração chegaria a contextos tão diversos como a criminologia), as questões patrimoniais e o respectivo desempenho educativo vão sendo progressivamente canalizados para os bens imóveis. O "monumento nacional", verdadeira invenção de Oitocentos⁹, traduzirá, na esteira do que Herculano iria defender nas páginas de *O Panorama* a partir de 1837, e com o ardor retirado das leituras dos textos de Victor Hugo e Montalembert em defesa inflamada do património construído em França, a justa derivação do "monumento histórico"; ou seja, reivindicando para (certos) edifícios (com o protagonismo dos conjuntos medievais) uma carga reflectora de memória histórica com a consequente missão pedagógica virada às "glórias" nacionais.

Ao mesmo tempo que se indagava o poder criativo, cívico e formador das "pedras

que falam”, abria-se caminho, com o apoio activo do cientismo positivista, à sondagem da natureza específica dos “estilos”. O impulso dado por Francisco Adolfo Varnhagen à causa do “manuelino” ganhava, nos anos 40 do século XIX, um sucesso cujos ecos permaneceriam até hoje. Ora entendido como etapa de transição entre o gótico e o renascimento (Ignácio de Vilhena Barbosa ou Ramalho Ortigão), numa dimensão evolucionista com os inevitáveis pressupostos da decadência (e, por esta via, galvanizando as velhas teorias vasarianas), ora catapultado a um patamar de cunho nacional por excelência, e cuja energia lhe permitia não só arvorar a bandeira de “estilo autónomo”, como reivindicar um estatuto portador de um progresso que ultrapassa o sentido medieval anterior e, como ainda, constituir-se na imagem mais fidedigna da época gloriosa do Portugal dos Descobrimentos¹⁰. Nos finais do século XIX, a alternativa ao “estilo manuelino” como expoente de uma portugalidade procurada encontrava-se, pela mão de Joaquim de Vasconcelos (1885 e 1918), e recuando às míticas origens do país, no “estilo românico”¹¹. Outro produto oitocentista, o “românico”, traduziria um conhecimento crescente sobre a natureza diferenciada da plasticidade medieval ao mesmo tempo que se envolvia na lógica dissecadora do positivismo. Disso darão conta os estudos de Augusto Filipe Simões, sobre as construções românicas de Coimbra¹², e a isso mesmo será sensível António Augusto Gonçalves. No último quartel de Oitocentos ganharia, finalmente, corpo uma vontade de investimento sobre as faixas patrimoniais que ultrapassam tanto o edificado como a época medieval. Chegaria então, e acompanhando as formulações inovadoras de Alois Riegl (*Problemas de Estilo*, 1893; *Arte tardo-romana*, 1901) na abordagem problematizadora sobre a validade das categorias ligadas às “artes maiores” e “artes menores” e na crítica à “decadência artística”, a atenção direccionada para áreas como a Arqueologia ou a Antropologia.

Não obstante, se o decreto datado de 10 de Novembro de 1875 (assinado pelo Ministro do Reino, António Rodrigues Sampaio) reflectia uma preocupação já detectada ao tempo de D. João V¹³, não deixava de encontrar ainda resistências vindas, a um tempo, de uma cultura patrimonial incipiente e das lacunas provenientes de um conhecimento fragmentado e ideologicamente manipulado.

A questão ligada ao ensino e à formação artística adquiriu, assim, um estatuto de necessidade urgente a que a cultura do restauro dava então prossecução. Mas, citem-se apenas as grandes intervenções ocorridas ao longo do século XIX sobre o Mosteiro da Batalha (1840 – engenheiro Luís Mouzinho de Albuquerque e 1863 – arquitecto Lucas José dos Santos Pereira), a Torre de Belém (1846 – engenheiro António Azevedo e Cunha), o Mosteiro dos Jerónimos (1882 – engenheiro Manuel Raimundo Valadas) a Sé da Guarda (1899 – arquitecto Rosendo Carvalheira) ou a Sé de Lisboa (1899 – engenheiro Augusto Maria Fuschini que, em 1905, ainda se debruça sobre o Mosteiro de Alcobaça)¹⁴ para perceber uma actuação a dois níveis: primeiro, são os ícones da Nação (direccionados para a Idade Média e o período manuelino) que merecem ainda a atenção dos poderes e dos

intelectuais activos nesta área; segundo, os principais intervenientes extraem-se (justificadamente) das categorias profissionais da Engenharia e da Arquitectura. Os casos de António Augusto Gonçalves (professor e artista) e do suíço Ernest Korrodi (professor que obteria o Diploma de Arquitectura pela Escola de Belas-Artes de Lisboa em 1926, no reconhecimento público de uma obra de mérito no âmbito do ensino, da arquitectura e do restauro) constituem ilhas isoladas que, longe de se afastarem das credenciais da aptidão para o exercício da recuperação do edificado, colocam a tónica sobre o “objecto” artístico e a sua capacidade de expressão qualificada, mais do que nas estafadas polémicas sobre o “estilo”. O olhar torna-se mais cirúrgico e fornece-se o apoio de uma ciência progressivamente fragmentada às grandes questões da identidade nacional.

O conhecimento é, assim e cada vez mais, o instrumento adequado e indispensável tanto à justificação da classificação dos imóveis como à credibilidade da intervenção. O apelo à inventariação¹⁵ torna-se uma constante reforçada pela necessidade não apenas de conhecer o objecto isolado de um contexto mas, sobretudo, para comparar e estabelecer conexões, filiações e circuitos de circulação dos modelos que contemplariam ainda a sujeição ao “estilo”. Neste processo, o recurso à fotografia e à gravura, cada vez mais divulgadas pela Imprensa (não apenas da especialidade), ganha também uma dimensão formativa e com uma utilidade que chegou incólume aos contemporâneos trabalhos científicos.

O ensino artístico assumirá, por conseguinte, uma inevitabilidade consagrada em ferramenta operativa com eficácia legalizada (já em 1836, no governo de Passos Manuel e em pleno ímpeto revolucionário) pela criação das Academias de Belas-Artes de Lisboa e Porto. No desfecho de um percurso pautado por experiências dispersas no ensino das artes e muitas vezes adaptadas a fins industriais, as duas Academias teriam desigual tratamento de que se queixavam amiúde os professores do Porto e que Joaquim de Vasconcelos ainda criticava nos anos oitenta, a propósito da reforma de 1881 que retirou à Academia portuense a componente lectiva, passando então esta para a Escola de Belas-Artes¹⁶. Herdeiras de uma visão prática que, afinal, remontava longe no tempo e ao êxito da antiga Aula de Arquitectura (do século XVI) e da Aula de Fortificação e Arquitectura Militar (1647), as áreas de conhecimento ministradas preocupavam-se com o “saber fazer”, mais do que com o “saber ver”¹⁷. A História da Arte, enquanto saber de indagação teórica sobre o universo artístico e já existente em Lisboa, só seria contemplada no elenco obrigatório das disciplinas dos cursos da Escola do Porto com a reforma republicana de 1911, que reorganizou as Escolas de Belas-Artes de Lisboa e do Porto. No Ensino Superior em Coimbra, pesem embora os tímidos ensaios oitocentistas¹⁸, só a partir de 1914 a História da Arte ficou consagrada como área específica do saber. No âmbito da disciplina de Estética e História da Arte, integrada no elenco das cadeiras oferecidas pela Faculdade de Letras (1911) da Universidade, passariam (na primeira metade do século XX) nomes como Joaquim de Vasconcelos, Teixeira de Carvalho, Vergílio Correia ou Aarão de Lacerda.

A experiência formativa de Coimbra é particularmente interessante para a compreensão do processo de intervenção sobre a Sé Velha. Em 1878, com o início do funcionamento da Escola Livre das Artes do Desenho sob a orientação de António Augusto Gonçalves, estavam criadas as condições para a efectiva educação prática de um contingente de canteiros e lavrantes que asseguraram o perfil do restauro e da construção nova em Coimbra (e não só) até aos finais dos anos 30 do século XX.

A atenção sobre a Sé Velha e a consciência do seu valor patrimonial começa, de facto, antes que seja arvorada a bandeira da República com a projecção mais consistente de uma cultura de usufruto colectivo. O historial de delapidação do espólio religioso da Sé e a consequente degradação do edifício radica na acção pombalina que justifica, nem mais nem menos, uma prática política direccionada para a vigilância do Estado sobre a formação e o Ensino. A igreja da Companhia de Jesus, transformada em nova Sé a partir de 1772, garantia a salvaguarda “legítima” do espaço jesuítico, tanto como a ocupação do claustro e dependências anexas da Sé Velha pela Imprensa da Universidade estabelecia as premis-



Igreja da Sé Velha.
Foto de Pedro Medeiros, 2010.

sas de uma eficácia política e ideológica montada pela propaganda que servia a Universidade e o Estado.

A Sé Velha (com casas adjacentes viradas à rua do Norte), entregue à Misericórdia de Coimbra logo em 1772 (e aqui permanecendo até 1778), provocava então desconfortos que se reflectiram, de forma claríssima, nas queixas apresentadas pela Mesa à rainha D. Maria I em 1777, pedindo-lhe o regresso às suas instalações sobre a igreja de S. Tiago.

Entre 1785 e 1816, a ocupação pela Ordem Terceira de S. Francisco contribuiu para acelerar os mecanismos de degradação de um edifício desprotegido pela ausência de uma cultura de salvaguarda que a consciência liberal só mais tarde haveria de promover. No registo desta ocupação, a construção do campanário de madeira sobre a Porta Especiosa animou o espaço urbano mas também concorreu para o inevitável processo de deterioração pendente sobre a imagem de poder projectada pelo bispo D. Jorge de Almeida.

Numa etapa seguinte, e fruto da desactivação da igreja românica de S. Cristóvão como sede da paróquia, passou a Sé Velha a assumir essas funções. A evidência mais forte das intervenções efectuadas foi, em 1839, a construção do campanário (com quatro sinos, prove-



Sé com a cobertura no coro alto, fotografia da década de 70 do séc. XIX:
Ramirez, Alexandre; Antunes, Ermelinda; Caldeira, Maria Helena (Coord.), *Passado ao Espelho. Máquinas e Imagens das vésperas e primórdios da Photographia*, Catálogo de Exposição, Coimbra, Ed. Museu da Física da Universidade de Coimbra, 2006.

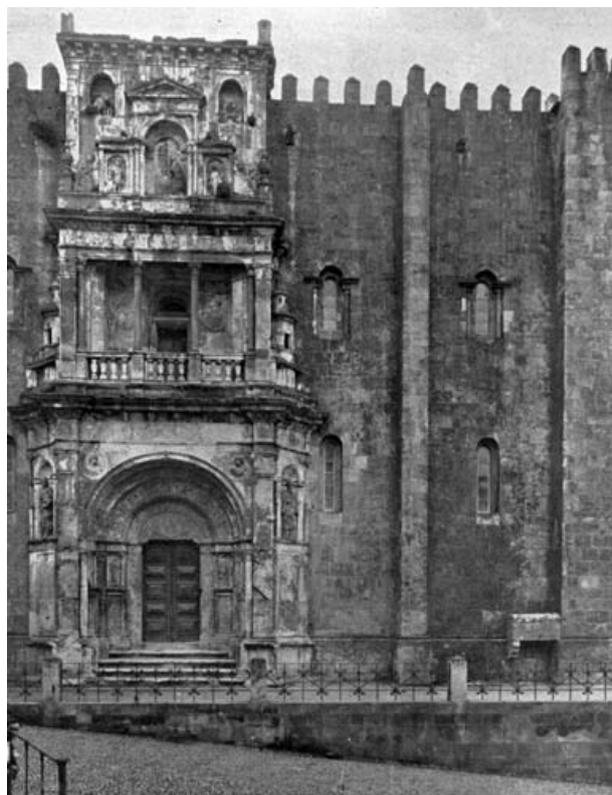
nientes do também desactivado colégio de Tomar da Ordem de Cristo) na fachada principal da igreja. O campanário, visível em muitas fotografias antigas, seria demolido nas obras de 1933.

Em 1869, em prática de conservação que não deixou de ser contestada na época, as esculturas de S. João Baptista e do profeta Isaías (na Porta Especiosa) foram pintadas e protegidas em armação de madeira com vidro. Este é, na realidade, e quer na intervenção efectuada quer na polémica surgida, o primeiro acto que explicita uma vontade oitocentista de preservação na Sé Velha.

Em 1893 estão, finalmente, encontradas as condições para iniciar um percurso de restauro e conservação do edifício. Uma comissão formada por António Augusto Gonçalves, o bispo D. Manuel de Bastos Pina e o director distrital das Obras Públicas encabeçou então a direcção das obras que começaram por remover rebocos e pinturas, ao mesmo tempo que era retirada a talha da capela-mor e postos a descoberto os túmulos dos bispos D. Tibúrcio e D. Estêvão Anes Brochardo. Nos anos seguintes e até ao momento da classificação, procedeu-se à libertação das paredes do trifório ao Evangelho, à supressão do coro-alto, à reconstrução dos fustes das colunas da nave da igreja e à renovação do seu



Plataforma da Sé recriada em 1898.
Por António Augusto Gonçalves: IC, C-575.



Fachada norte da igreja com a Porta Especiosa e o túmulo de D. Sesnando (fotografia posterior a 1898):
António de Vasconcelos, A Sé-velha de Coimbra..., vol. I,
Coimbra, 1930, Est. VII.

pavimento, ao início das obras no claustro com a demolição da casa da Imprensa, a escavações no adro da Sé e à reconstituição do tabuleiro (abrangendo a entrada poente e a Porta Especiosa), à intervenção sobre o portal a poente e sobre a Porta Especiosa (descobrimo-se então o portal românico), ao restauro do retábulo flamengo da capela-mor, à recomposição das frestas na fachada poente, à colocação da pia baptismal desviada da igreja de S. João de Almedina ou à reconstituição de arcadas e pavimentos no claustro¹⁹.

As obras não se esgotaram em 1902 quando, não por acaso a 4 de Julho, se abre solenemente a igreja ao culto nem se estancaram, depois da classificação, os frutos de uma corrente de pensamento que seria depois movida e instrumentalizada, ao longo de grande parte do século XX, pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Em 1908 a Sé acolhia o túmulo do bispo D. Afonso Castelo Branco, vindo do antigo convento de Santa Ana; entre 1912 e 1918 demolia-se a sacristia (*"como não podia deixar de ser"*²⁰) para dar visibilidade à cabeceira românica; em 1932 destruía-se a guirlanda da torre-lanterna; em 1933 destruía-se o tabuleiro de António Augusto Gonçalves e construía-se a *"escada macabra"* que ainda hoje permanece. Nas campanhas iniciadas em 1939 encer-



Demolição do tabuleiro da Sé, 1933.
António de Vasconcelos, *A Sé-velha de Coimbra...*, vol. II,
Coimbra, 1935, Est. XII.



Antiga ligação ao claustro. Em segundo plano
são visíveis os arcos de D. Afonso Castelo Branco
e D. Jorge de Almeida, no acesso imediato ao claustro:
IHRU, 095632.

rou-se a passagem entre a igreja e o claustro (inviabilizando, assim, um circuito processional centenário no eixo com a Porta Especiosa), com a construção de novo acesso à quadra e consequente reformulação do ângulo noroeste do claustro; na igreja destruiu-se a capela de Duarte de Melo e deslocaram-se para o andar alto do claustro, na galeria sul, os dois arcos quinhentistas, o desta capela e o da transição entre a igreja e o claustro (este, ainda hoje, sem a justa visibilidade).

No rescaldo da longa história da Sé, não se esgotam as leituras diferenciadas que ocorrem sobre o edifício. A António Augusto Gonçalves (1848-1932)²¹, republicano convicto (que soube captar a adesão da rainha e do bispo de Coimbra para o projecto de recuperação da Sé), cabe um papel determinante no processo da salvaguarda activa e protegida por uma filosofia interventiva considerada adequada e eficaz na preservação de uma “ideia” de românico e identidade nacional. Joaquim Martins de Carvalho, arauto da consciência patrimonial nas páginas sofridas do *Conimbricense*, interpreta o sentido intransigente de uma batalha ganha a pulso pela dignificação do património cidadão. António de Vasconcelos, nos textos publicados em 1930 e 1935²², estabelece um patamar de conhecimento sobre a Sé, incontornável até hoje. Mais do que uma abordagem interpretativa da missão e dos vários momentos construtivos do edifício, é o seu testemunho presencial que permite o acompanhamento, a par e passo, das etapas de intervenção e recuperação da sua estrutura debilitada; que permite também a percepção das dificuldades e das tensões por que passou este processo de reabilitação.

Os níveis de qualidade detectados em torno do conjunto edificado da Sé Velha passam, assim, não apenas pela materialidade exposta pelo construído ao longo de séculos mas, igualmente e de forma explícita, pela abundância do investimento historiográfico que, com particular ênfase desde a primeira metade do século XX, foi aprofundando as obrigatórias ligações entre o edifício e a cultura espiritual envolvente. Não menos interessante é que, se a face tornada visível a partir das intervenções de Gonçalves permanece no essencial, as direcções assumidas pela historiografia têm mostrado a riqueza dos potenciais interpretativos desencadeados pela Sé. Para tanto, bastará pensar nas conotações românticas de um pensamento liberal de ressonância teleológica na assumpção do usufruto colectivo, a que os ideais republicanos não foram alheios, e que nortearam tanto a reabilitação do edifício como a reconstrução das suas histórias na relação com a comunidade. A cientificação dos fenómenos religiosos conduziria então a uma acção enformada pela cultura positivista com tantos e tão profícuos resultados, sem os quais estaria hoje comprometida a visibilidade interpretativa da Sé.

Por outro lado, também, a verificação de uma leitura centrada no protagonismo régio, clarificador de estratégias construtivas e formais implementadas na Sé, prenuncia agora, não a falência dos mesmos ideais republicanos mas, pelo menos, a pertinência de modelo historiográfico posicionado em matriz que, justificadamente, se reporta ao indivíduo em

detrimento do colectivo. As recentes propostas avançadas em torno da descodificação da natureza específica do portal a poente²³, recuperando, aliás, a tese de Vasconcelos no capítulo da sua inacessibilidade em entendimento reservado ao aparato cenográfico da coroação e sagração litúrgica do rei, mostra que, hoje como sempre, é necessário apelar aos circuitos do individual, mesmo que o descomprometimento historiográfico permaneça (felizmente) como utopia. Tal como acontece noutro exemplo citadino, se a centralidade construída em torno da Rainha Isabel de Aragão na projecção da identidade do mosteiro de Santa Clara-a-Velha tende a negligenciar tanto os vários séculos de história do edifício como os intervenientes, laicos e religiosos, sem os quais fica arredada a sua compreensão, a cidade soube capitalizar tanto a régia figura como o edifício a ela ligado. A tendência de remeter determinadas figuras (o rei, o príncipe, o bispo...) a um lugar de exclusiva ponderação na análise de um qualquer conjunto edificado contraria as perspectivas de uma interpretação mais global e vai ao encontro de uma ânsia de individualização que não pode deixar de ser sintomática com os tempos. Num percurso paralelo, e nunca se abstraindo da carga científica possível, as dinâmicas ligadas à protecção dos imóveis e à intervenção que sobre eles recai necessitam sempre de uma formatação conjuntural específica que, com a prudência que a experiência acumulada exige hoje, faz apelo à reversibilidade e ao eterno confronto com a memória. A óptica da *"trindade benemérita"*, como António de Vasconcelos rotulou a acção conjugada de António Augusto Gonçalves, o bispo-conde D. Manuel de Bastos Pina e a rainha D. Amélia, recupera-se agora na ânsia de conferir também aos objectos a "organicidade" que os completa e os aproxima de uma esfera humanizada.

A consciência patrimonial acompanha, também em Portugal e a muitos níveis, o desenvolvimento que se detecta no contexto museológico. O *"Museo"*, como *"lugar consagrado às Musas"*²⁴ e espaço privilegiado na construção de conhecimento, ganhou força no léxico português a partir da sua inclusão, em 1716, no *Vocabulario portuguez & latino*, do Padre Rafael Bluteau, e projectou uma cultura de salvaguarda imparável até hoje.

Assumidamente, a intervenção desencadeada na Sé a partir de 1893 extrai-se tanto da verificação dos níveis de degradação do edifício como da percepção das suas potencialidades formativas. Depois de alguns investimentos, fracassados e com menor dimensão museológica, que acompanharam a actividade pedagógica de António Augusto Gonçalves é na Sé Velha que, verdadeiramente, se instala na cidade um circuito educativo que funciona como uma espécie de farol na condução de uma cultura patrimonial viva e esclarecida. Por esta via, pode dizer-se que o edifício em intervenção se transforma no primeiro núcleo museológico com um sentido que contempla em Coimbra os pressupostos do conhecimento, da formação e da protecção. Apelando à recuperação da Sé, os esforços de Gonçalves iam ao encontro da construção cognitiva de uma estrutura dignificada pelos valores artísticos que remontavam ao período mítico da formação da nacionalidade e assumia um cariz educativo alargado à cidade e à inteligência patrimonial. Mas a cegueira que conduziu à

mutação de muitos dos registos que “perturbavam” a captação da limpidez do século XII (vejam-se a anulação dos vãos setecentistas na fachada poente, a mutação da sacristia de D. Afonso Castelo Branco ou a supressão quase total dos azulejos da encomenda de D. Jorge de Almeida) não deve ser imputada a António Augusto Gonçalves sem reservas.

O responsável pela abertura do Museu de Arte Industrial em 1889 (funcionando em parte do claustro do Mosteiro de Santa Cruz, abriu ao público apenas durante catorze dias) e pela renovação do Museu do Instituto de Coimbra em 1895 enfrentou o restauro da Sé Velha com redobrada cautela e com a percepção de que a intervenção não deveria ser *“nem tão radical que impedisse a manutenção de obras renascentistas, nem tão inconsciente que deixasse livre curso à fantasia”*²⁵. Gonçalves posicionava-se, assim, tanto na fidelidade a uma cultura generalizada ao encontro da conquista do “monumento” reflexo do tempo fundacional da nação, como profissional e cidadão avisado pela não menor relevância de outros tempos. Por isso mesmo, também, as intervenções na Sé Velha foram palco de tantos episódios com dolorosos confrontos (entre as diferentes posições assumidas e entre situações que Gonçalves rotulava de ignorância e incúria)²⁶ e, por isso mesmo, pôs



Revestimento azulejar da igreja da Sé por D. Jorge de Almeida:
António de Vasconcelos, A Sé-velha de Coimbra..., vol. I, Coimbra, 1930, Est. XXV.

a salvo o riquíssimo espólio da Sé (com destino final para o Museu Machado de Castro, tal como aconteceu ao conjunto que já tinha sido desviado para a Sé Nova). Mas, no resultado de um processo interventivo longo ressalta a protagonização de uma leitura virada para o século XII e para a designada Idade Média: não apenas pela supressão dos elementos estranhos a uma ideia conduzida mas também pela capitalização de um reforço provindo, por exemplo, da nova visibilidade dada à cabeceira da igreja ou aos túmulos medievais dos bispos. Desta forma, a intervenção que se inicia em 1893 e se prolonga até aos anos 30 do século XX (com as obras no claustro, a recuperação da Porta Especiosa e a demolição do tabuleiro de Gonçalves que unia as principais entradas da igreja) constitui-se também como um não-museu. Suscitando uma leitura dirigida e condicionada à aura medieval, mutilou a riqueza material que fazia parte integrante da história do edifício, amputando, por esta via, a interpretação e a leitura da riqueza da Sé. Assim se observava a vontade de preservação e conferir eternidade aos objectos, apelando ao conhecimento e formatando espaços educativos, mas assim se cumpria também um programa de destruição, mesmo que em prol da bondade interventiva. Na eterna questão decisória da escolha entre o preservável e o descartável reside, ainda hoje, um dos dilemas da conservação.

-
- ¹ Com força de Lei a partir da publicação em DG, nº 14, de 17 de Janeiro de 1907.
- ² Catroga, Fernando, *Entre Deuses e Césares. Secularização, laicidade e religião civil. Uma perspectiva histórica*, Coimbra, Ed. Almedina, 2006, pp. 27-28.
- ³ Ver Catroga, Fernando, *Entre Deuses e Césares...*, p. 32. No mesmo sentido vai José Eduardo Franco ao afirmar que “O grande boom do movimento congreganista aconteceu com o dealbar da História Contemporânea, concretamente depois da proclamação dos Direitos do Homem na pós-Revolução Francesa e no quadro de secularização progressiva da sociedade, num contexto marcado pela crítica à vida religiosa tradicional”: Franco, José Eduardo, “Da Fuga Mundi ao regressus Mundo: raízes, sentido e evolução da vida consagrada cristã”, Abreu, Luís Machado de; Franco, José Eduardo (coord. de), *Ordens e Congregações Religiosas no contexto da I República*, Lisboa, Gradiva, 2010, p. 22.
- ⁴ Abreu, Luís Machado de, “Presença das Ordens e Congregações religiosas na ciência e na cultura em Portugal (1820-1926)”, Abreu, Luís Machado de; Franco, José Eduardo (coord. de), *Ordens e Congregações Religiosas no contexto da I República*, p. 43.
- ⁵ Catroga, Fernando, “A maçonaria, as congregações e a questão religiosa (séculos XIX-XX)”, Abreu, Luís Machado de; Franco, José Eduardo (coord. de), *Ordens e Congregações Religiosas no contexto da I República*, p. 105.
- ⁶ Veja-se o Alvará régio de 1721, muito explícito relativamente às direcções a seguir. Privilegiando uma cultura do edificado remetida para a Antiguidade e Idade Média (com extensões até ao reinado de D. Sebastião), o rei D. João V determinava que “*daqui em diante nenhuma pessoa, de qualquer estado, qualidade e condição que seja, desfaça ou destrua em todo nem em parte qualquer edifício que mostre ser daqueles tempos, ainda que em parte esteja arruinado; e da mesma sorte as estátuas, mármores e cipos, em que estiverem esculpidas algumas figuras ou tiverem letreiros Fenícios, Gregos, Romanos, Góticos e Árábicos; ou lâminas ou chapas de qualquer metal que contiverem os ditos letreiros ou caracteres; como qualquer outro sim medalhas ou moedas que mostrarem ser daqueles tempos, nem dos inferiores até o reinado do Senhor Rei D. Sebastião; nem encubram ou ocultem alguma das sobreditas coisas*”: Brigola, João Carlos, *Coleccionismo no Século XVIII. Textos e documentos*, Porto, Porto Ed., 2009, pp. 1-2.
- ⁷ Brigola, João Carlos, *Coleccionismo...*, p. XI.
- ⁸ A que a Carta de Veneza, redigida em 1964, daria tão forte expressão.
- ⁹ É em 1837 que, no nº 26 de *O Archivo Popular. Semanario Pintoresco*, surge pela primeira vez a designação de “monumento nacional” a acompanhar uma gravura do Mosteiro da Batalha extraída das estampas da publicação de James Murphy (1795): Rosas, Lúcia, “A génese dos monumentos nacionais”, *100 anos de património: Memória e identidade. Portugal 1910-2010*, Lisboa, IGESPAR, 2010, p. 43.
- ¹⁰ Correia, Luís Miguel Maldonado de Vasconcelos, *Castelos em Portugal. Retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 184-188.
- ¹¹ Rosas, Lúcia, *Monumentos Pátrios: A Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro: 1835-1928*, dissertação de Doutoramento polic., Porto, FLUP, 1995.
- ¹² Simões, Augusto Filipe, *Da Arquitectura Religiosa em Coimbra durante a Idade Média*, Coimbra, Imprensa Universitária, 1875.
- ¹³ Veja-se o Alvará régio datado de 1721, referido na nota 6.
- ¹⁴ Correia, Luís Miguel Maldonado de Vasconcelos, *Castelos em Portugal...*, p. 219.
- ¹⁵ Em 1890 é criada uma comissão para inventariar o património e acompanhar os restauros (Sés de Coimbra, Lisboa e Guarda e castelo de Leiria).

- ¹⁶ Goulão, Maria José, "O ensino artístico em Portugal: subsídios para a história da Escola Superior de Belas-Artes do Porto", *Mundo da Arte*, II série, Lisboa, Publ. Ciência e Vida, Janeiro-Março, 1990, pp. 21-37.
- ¹⁷ A intervenção chefiada a partir de 1863 pelo Arquitecto Lucas José dos Santos Pereira no Mosteiro da Batalha conduziria, não por acaso, à ainda hoje não esgotada Escola de Canteiros da Batalha.
- ¹⁸ Refira-se, por exemplo, a cadeira de Desenho do Curso Matemático a partir de 1814.
- ¹⁹ Pontes, Maria Leonor Cruz, *A Sé Velha de Coimbra. Uma proposta de interpretação museológica*, dissertação de Mestrado, Coimbra, FLUC, 2009, pp. 42-62.
- ²⁰ Vasconcelos, António de, *A Sé-velha de Coimbra. Apontamentos para a sua história*, vol. I, Coimbra, Imp. da Universidade, 1930, p. 193.
- ²¹ Serra, Carlos Manuel Santos, *António Augusto Gonçalves: o percurso museológico*, dissertação de Mestrado polic., Coimbra, FLUC, 2002.
- ²² Vasconcelos, António de, *A Sé-velha de Coimbra. Apontamentos para a sua história*, 2 vols., Coimbra, Imp. da Universidade, 1930, 1935.
- ²³ Pimentel, António Filipe, "A sagração do Reino: em torno do(s) projecto(s) da Sé Velha", *Sé Velha de Coimbra. Culto e Cultura*, Coimbra, 2005, pp. 97-138.
- ²⁴ Brigola, João Carlos, *Coleccionismo...*, p. VI.
- ²⁵ Rosmaninho, Nuno, *A historiografia artística portuguesa de Raczyński ao dealbar do Estado Novo: 1846-1935*, dissertação de Mestrado, Coimbra, FLUC, 1993, p. 142.
- ²⁶ A contestação às obras surgiu logo em 1893, o exacto ano do início da intervenção, pela via de Possidónio da Silva e com o argumento de não se respeitar o espírito original do edifício.